



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 17/03/2026

BREVES COMUNICAÇÕES

Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ) - A Deputada relatou manifestação de profissionais de enfermagem em Brasília, reunindo milhares de participantes em defesa da aplicação do piso salarial da categoria. Afirmou que a medida enfrenta entraves no Senado Federal, citando a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2024, sob relatoria do Senador Otto Alencar. Também criticou a vinculação do piso a uma jornada de 44 horas semanais, o que, segundo ela, dificulta o pagamento integral aos profissionais. Por fim, destacou a ausência de reajuste desde 2022 e defendeu a revisão dos valores e das regras, com apoio do Congresso Nacional, para garantir remuneração adequada à categoria.

Pastor Henrique Vieira (PSOL - RJ) - O Deputado lamentou a morte da médica Andréa Marins Dias, atingida durante ação policial no Rio de Janeiro (RJ), e manifestou solidariedade à família. Afirmou que o caso não deve ser tratado como isolado e citou episódios semelhantes envolvendo mortes em operações policiais. Criticou práticas que, segundo ele, resultaram em uso excessivo da força e atingiram civis, especialmente em áreas periféricas. Também destacou que vítimas recorrentes desses casos incluem pessoas negras e moradores de regiões vulneráveis, e defendeu a ampliação do debate sobre segurança pública e protocolos de atuação policial no País.

Ismael (PSD - SC) - O Deputado destacou a trajetória da Assembleia de Deus em Santa Catarina, que celebrou 95 anos de atuação. Relembrou a atuação de seu pai como pastor e ressaltou a importância histórica da igreja no Estado. Também homenageou grupos femininos conhecidos como círculos de oração, compostos por mulheres que se reúnem regularmente para atividades religiosas.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado afirmou que o Brasil enfrentou práticas abusivas na formação de preços de combustíveis, atribuídas a distribuidoras e ao varejo. Afirmou que reduções promovidas pela Petrobras nas refinarias não foram repassadas aos consumidores, e aumentos ocorreram mesmo diante de incentivos fiscais adotados pelo Governo. Também defendeu a atuação de órgãos como o Ministério Público, a Secretaria Nacional do Consumidor e a Polícia Federal do Brasil para investigar possíveis irregularidades. Ao final, criticou decisões anteriores de privatização no setor e afirmou que elas teriam reduzido a capacidade de regulação do mercado de combustíveis no País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado criticou possíveis práticas de cartel em postos de combustíveis e questionou aumentos nos preços ao consumidor. Orientou que consumidores solicitem notas fiscais para verificar valores cobrados por distribuidoras e fornecedores, incluindo empresas como a Petrobras e a Shell. Também associou os reajustes ao cenário internacional e defendeu atuação de órgãos como a Polícia Federal, o Procon e o Ministério Público para investigar irregularidades.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado criticou a aprovação do regime de urgência para o Projeto de Lei nº 2.564, de 2025, que, segundo ele, compromete instrumentos de fiscalização ambiental. Afirmou que a proposta retira do Ibama o uso de tecnologias de sensoriamento remoto por satélite no combate ao desmatamento ilegal. Também alertou para impactos negativos na política ambiental e na imagem do Brasil no exterior, incluindo reflexos em acordos comerciais como o Acordo União Europeia-Mercosul. Por fim, defendeu a mobilização da sociedade contra a proposta e afirmou que a medida representaria retrocesso no enfrentamento ao desmatamento e na proteção ambiental.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado comparou preços de combustíveis e alimentos entre os Governos de Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva. Citou valores do diesel, gasolina, carne, café e azeite para sustentar que houve aumento no custo de vida. Afirmou que os preços atuais não correspondem ao discurso do Governo Federal e defendeu maior transparência nas informações econômicas. Também mencionou o cenário eleitoral e indicou que a população terá oportunidade de avaliar a situação econômica nas próximas eleições.

Henderson Pinto (MDB - PA) - O Deputado registrou a presença de comitiva do Pará durante atividades no Congresso Nacional, relacionadas à Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que trata do seguro-defeso. Também defendeu a proteção dos pescadores artesanais e ressaltou a importância de combater fraudes no benefício sem prejudicar trabalhadores que dependem da atividade para subsistência e para o abastecimento alimentar da população.

Dr Flávio (PL - RJ) - O Deputado registrou a presença de lideranças políticas de Paracambi (RJ) na Câmara dos Deputados, incluindo Vereadores e representantes locais que apresentaram demandas do Município. Também chamou atenção para as condições da BR-393, que liga cidades como Paraíba do Sul (RJ), Vassouras (RJ) e Barra do Piraí (RJ). Informou ter encaminhado ofício ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes solicitando melhorias e colocou seu gabinete à disposição para acompanhar as ações voltadas à recuperação da via, destacando sua importância para o transporte regional e nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado manifestou preocupação com denúncias envolvendo o Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha. Citou notícias que associariam o chefe do Executivo local a relações com o Banco Master e mencionou suspeitas sobre contratos e aquisição de bens. Também cobrou atuação de órgãos como a Polícia Federal e do sistema de Justiça para apurar os fatos.

Tião Medeiros (PP - PR) - O Deputado manifestou preocupação com a alta e a instabilidade dos preços do diesel durante o período de safra agrícola. Apontou risco de escassez do produto e criticou a política de preços da Petrobras, destacando diferenças nos valores praticados em leilões e no mercado. Informou que há variações relevantes em unidades como a refinaria de Araucária (PR), além de discrepâncias no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Por fim, defendeu maior transparência e cobrou explicações da estatal sobre os critérios adotados, ressaltando impactos diretos para produtores e consumidores.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado criticou a alta dos combustíveis e afirmou que há indícios de especulação no mercado, defendendo investigação por parte da Polícia Federal. Contestou a atribuição dos aumentos apenas a fatores internacionais e apontou impactos de decisões adotadas em gestões anteriores, como a venda de ativos da Petrobras e da BR Distribuidora. Também mencionou denúncias envolvendo ACM Neto, citando suposta relação com o Banco Master e contratos ligados à Prefeitura de Salvador (BA), defendendo apuração dos fatos pelas autoridades competentes. Ao final, comparou o caso a questionamentos sobre a Gestão de Ibaneis Rocha, Governador do Distrito Federal, e defendeu responsabilização em caso de irregularidades.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado destacou o fim da cobrança de pedágios na BR-116, no Rio Grande do Sul, e afirmou que a população celebrou o encerramento de um modelo considerado oneroso. Também alertou para a possibilidade de implantação do sistema *free flow*, criticando a proposta por prever tarifas altas e múltiplos pontos de cobrança. Por fim, defendeu debate com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e a Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Kiko Celeguim (PT - SP) - O Deputado afirmou que a alta dos combustíveis impacta diretamente o custo de vida e pressiona preços de alimentos e produtos. Informou que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva antecipou ações, como redução de tributos federais e criação de taxa sobre exportação de petróleo, buscando equilibrar preços sem comprometer arrecadação. Também defendeu maior fiscalização por parte da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, da Polícia Federal do Brasil e de órgãos de defesa do consumidor. Ao final, cobrou participação de Governos Estaduais na redução do ICMS e criticou posições de aliados do Presidente Donald Trump em relação a conflitos internacionais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado destacou agenda no Município de Condeúba (BA), com participação do Governador Jerônimo Rodrigues e do Senador Jaques Wagner. Ressaltou a autorização para obras de pavimentação da estrada entre Condeúba e Caculé (BA), demanda defendida desde o início de seu mandato. Também registrou o anúncio da licitação da Barragem de Morrinhos, com investimentos de cerca de R\$ 180 milhões, voltada ao abastecimento de água para Municípios da região, como Piripá (BA), Cordeiros (BA), Mortugaba (BA) e Jacaraci (BA). Finalizou informando que o conjunto de ações superou R\$ 250 milhões em investimentos, marcando as comemorações pelos 157 anos de emancipação de Condeúba.

David Soares (UNIÃO - SP) - O Deputado lamentou a morte do neto da coreógrafa Deborah Colker, vítima de doença rara, e defendeu maior investimento público em pesquisa científica. Destacou a incorporação do medicamento Zolgensma ao SUS, ressaltando seu alto custo e impacto no tratamento de crianças. Também cobrou atenção do Secretário Eleuses Paiva e ao Governador Tarcísio de Freitas para a situação do Hospital Geral de São Mateus (SP).

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado declarou apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2024, que trata da jornada e do piso salarial dos profissionais de enfermagem. Afirmou que a proposta garantiria melhores condições de trabalho e alinhamento com recomendações da Organização Mundial da Saúde, que indicam carga semanal de 30 horas. Informou que a matéria aguarda análise na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, com parecer favorável do Senador Fabiano Contarato. Por fim, cobrou que o Senador Otto Alencar pautasse a proposta, para que avance no processo legislativo e seja apreciada pelo Congresso Nacional.

Gabriel Nunes (PSD - BA) - O Deputado destacou a implantação do curso de Engenharia Civil no campus do Instituto Federal da Bahia em Euclides da Cunha (BA). Informou que destinou emendas parlamentares, em parceria com o Senador Otto Alencar, viabilizando cerca de R\$ 2,5 milhões para a expansão do campus. Também reconheceu o trabalho da reitora e de gestores locais na concretização do projeto. Ao final, afirmou que a iniciativa fortalece a interiorização da educação e amplia oportunidades para jovens do sertão baiano, contribuindo para o desenvolvimento regional.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado comparou a postura de responsabilidade do ex-Prefeito do Rio de Janeiro (RJ), Cesar Maia, com a atuação do atual Governo Federal e criticou a condução econômica. Afirmou que houve aumento nos preços de combustíveis e alimentos em relação ao período do Governo anterior, citando valores de gasolina, diesel e itens básicos. Também apontou perda do poder aquisitivo e redução de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

investimentos em infraestrutura e serviços públicos. Por fim, questionou decisões políticas recentes e afirmou que há desconexão entre o discurso oficial e a realidade econômica percebida pela população.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado criticou decisões judiciais envolvendo o ex-Presidente Jair Bolsonaro e questionou a atuação do Ministro Alexandre de Moraes. Afirmou que há excesso de julgamentos e contestou os fundamentos das decisões, apontando ausência de critérios jurídicos. Também mencionou novo pedido de prisão domiciliar e defendeu que Bolsonaro não deveria estar preso. Ao final, fez um apelo para que a decisão sobre o caso considere critérios que, segundo ele, respeitem o devido processo legal.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado criticou a privatização da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) no Rio Grande do Sul, afirmando que a concessão à Aegea Saneamento teria resultado em aumento de tarifas e piora na qualidade dos serviços de abastecimento de água. Afirmou que promessas de modernização e redução de custos não teriam sido cumpridas após a privatização. Além disso, criticou a cobrança de tarifas consideradas indevidas, como taxas de água e esgoto em locais sem serviço efetivo, além da proposta de cobrança mínima por unidade em estabelecimentos como hotéis e pensões. Nesse sentido, informou que apresentou o Projeto de Lei nº 968, de 2026, que altera a Lei nº 11.445, de 2007, para dispor sobre o cálculo da tarifa do serviço de abastecimento de água em condomínios com múltiplas unidades imobiliárias e em empreendimentos de hospedagem atendidos por medidor único, e defendeu a revisão dos contratos de concessão firmados com as empresas responsáveis. Destacou que Vereadores e Prefeitos podem atuar na revisão desses contratos e relatou mobilizações populares, incluindo abaixo-assinados em Municípios como Ijuí (RS), com o objetivo de pressionar por mudanças no modelo de prestação dos serviços. Por fim, defendeu que o acesso à água é um direito essencial e que sua gestão deve priorizar o interesse da população.

Welter (PT - PR) - O Deputado registrou a instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, destacando a adesão de mais de duzentos Parlamentares à iniciativa. Ressaltou que a criação da frente representa um avanço na formulação de políticas públicas voltadas ao uso de Plantas medicinais e Fitoterápicos no país, e que a participação de representantes de órgãos do Governo Federal, como o Ministério da Indústria e Comércio, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e o Ministério da Saúde, indicando que a frente deverá impulsionar debates e propostas legislativas sobre o tema. Por fim, agradeceu a presença de convidados ligados à área acadêmica, como a professora Nelci, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), com atuação também na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), além do Vereador Marcos Folador, de Francisco Beltrão (PR).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado solicitou a divulgação de seu pronunciamento no programa A Voz do Brasil, no qual tratou de críticas à situação do abastecimento de água no Rio Grande do Sul após a privatização da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN). Reiterou sua posição contrária ao modelo adotado e afirmou que é necessário ampliar o debate público sobre o tema, incentivando a mobilização da população para acompanhar e questionar os impactos da concessão dos serviços de saneamento.

Beto Richa (PSDB - PR) - O Deputado destacou a importância dos Microempreendedores Individuais (MEIs) para a economia brasileira, ressaltando que mais de 15 milhões de trabalhadores atuam nesse regime, garantindo renda e movimentando atividades em diversas regiões do país, como Londrina (PR), Cascavel (PR) e Ponta Grossa (PR). Defendeu a atualização do limite de faturamento anual do MEI, argumentando que o valor atual não acompanha a inflação nem o crescimento econômico, o que pode levar empreendedores à informalidade. Nesse contexto, mencionou proposição de autoria do Deputado Heitor Schuch, o Projeto de Lei Complementar nº 67 de 2025, que altera o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006, para elevar para R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) o limite de receita bruta anual estipulado para possibilitar o enquadramento do empresário individual como Microempreendedor Individual (MEI) e estabelece um mecanismo de reajuste anual para o referido limite. Por fim, informou que a proposta já reuniu assinaturas suficientes para tramitar em regime de urgência, destacando a necessidade de votação como forma de garantir melhores condições para o crescimento dos pequenos empreendedores no Brasil.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado registrou a presença do Vereador Stefano, do Município de Serra, que esteve em Brasília (DF) para acompanhar pautas relacionadas aos agentes de saúde. Na oportunidade, ressaltou que o Vereador atua também como agente da área e participa da mobilização em torno de propostas em tramitação no Congresso, como o Projeto de Lei Complementar nº 185, de 2024, que regulamenta a aposentadoria especial dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, prevista no § 10 do art. 198 da Constituição Federal; e a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do Sistema Único de Saúde (SUS) pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais. Por fim, destacou a importância dessas iniciativas para a valorização da categoria e deu boas-vindas ao Vereador, ressaltando o papel do Parlamento na discussão e aprovação de políticas públicas voltadas à saúde.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Lucas Abrahao (REDE - AP) - O Deputado defendeu a criação de um Tribunal Regional do Trabalho (TRT) no Amapá, argumentando que o Estado já possui demanda suficiente para justificar uma estrutura própria da Justiça do Trabalho. Explicou que atualmente, a jurisdição é exercida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, com sede em Belém (PA). Argumentou que o Amapá concentra parcela significativa dos processos da 8ª Região, o que demonstraria a necessidade de maior autonomia institucional para atender trabalhadores e empregadores locais. Destacou ainda as particularidades da região amazônica, como grandes distâncias, comunidades ribeirinhas e desafios logísticos, que dificultam o acesso à Justiça. Também apontou que a criação de um tribunal próprio pode fortalecer a economia regional, ampliar a segurança jurídica e atrair investimentos, especialmente diante das perspectivas de desenvolvimento ligadas à Margem Equatorial. Por fim, mencionou o apoio de entidades locais, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Seccional Amapá, e de representantes do Judiciário à proposta.

Rosângela Moro (UNIÃO - SP) - A Deputada destacou a importância do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na produção de dados essenciais para a formulação de políticas públicas, como informações sobre população, renda, emprego e indicadores econômicos. Ressaltou que esses dados são fundamentais para orientar decisões governamentais e garantir ações mais eficazes no país. Na oportunidade, manifestou preocupação com a gestão do instituto e mencionou críticas de servidores técnicos à condução do órgão pelo Presidente Marcio Pochmann. Afirmou que mudanças internas estariam afetando a produção de dados relevantes, como o Produto Interno Bruto (PIB), e citou a existência de questionamentos junto ao Tribunal de Contas da União (TCU). Por fim, informou que apresentou o Projeto de Lei nº 1.198, de 2026, que altera a Lei nº 5.878, de 1973, para garantir a autonomia técnica e a estabilidade do Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos moldes do Banco Central do Brasil, prevendo critérios como sabatina no Senado para indicação da presidência, mandato fixo e regras mais rígidas para eventual substituição, com o objetivo de preservar a independência técnica do órgão.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado registrou a presença do Vereador Stéfano Andrade, do Partido Verde (PV), representante do Município de Serra (ES), localizado na região metropolitana da grande Vitória (ES). Destacou que o Vereador esteve em Brasília (DF) acompanhando debates sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias. Por fim, mencionou dados de pesquisas que indicariam amplo apoio popular à redução da jornada de trabalho, defendendo o fim da chamada escala 6 por 1, sem redução salarial e com carga horária semanal de 40 horas, como forma de atender à demanda da população brasileira.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado manifestou preocupação com proposta que amplia a atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre grandes plataformas digitais, questionando se a medida poderia resultar em maior controle sobre as chamadas *Big Techs*. Citou o Ministro Fernando Haddad e criticou iniciativas do Governo relacionadas à regulação do ambiente digital, levantando dúvidas sobre possíveis impactos nas redes sociais e no cenário eleitoral. Também mencionou repercussões internacionais da proposta, incluindo possíveis reações da Casa Branca, e afirmou que acompanhará o tema com atenção. Em seguida, abordou investigações envolvendo o empresário Daniel Vorcaro, ligado ao Banco Master, defendendo que ele colabore com as autoridades por meio de um acordo de delação premiada. Por fim, afirmou que eventuais esclarecimentos poderiam envolver agentes de diferentes esferas do poder público e pediu apuração completa dos fatos.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada associou investigações envolvendo o empresário Daniel Vorcaro e o Banco Master a setores da direita e da extrema direita, mencionando vínculos políticos e financeiros durante o período eleitoral. Citou nomes como Jair Bolsonaro, Nikolas Ferreira e Tarcísio de Freitas, apontando possíveis conexões com o caso. Também criticou a atuação do Banco Central do Brasil (Bacen) durante a gestão de Roberto Campos Neto, questionando o modelo de autonomia da instituição e sua relação com os fatos investigados. Além disso, defendeu o aprofundamento das apurações e afirmou que eventuais irregularidades não devem ser ignoradas. Lembrou a importância da defesa da democracia e das instituições, ressaltando ações do Governo Federal em áreas como emprego, saúde, educação e cultura. Por fim, afirmou que investigações devem prosseguir para responsabilizar eventuais envolvidos em crimes financeiros.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada destacou ações do Governo Federal no Rio de Janeiro e criticou a postura de Parlamentares que deixam de defender o Estado ao priorizar críticas políticas. Elogiou a atuação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ressaltou entregas recentes na região. Citou a inauguração do Túnel Professor Moacyr Sreder Bastos, parte do Anel Viário de Campo Grande, além de projetos de desenvolvimento no Aeroporto Internacional do Galeão, com foco na geração de empregos e fortalecimento do turismo. Além disso, destacou a entrega de moradias na Comunidade do Aço, em Santa Cruz, por meio do programa Morar Carioca do Aço. Mencionou ainda melhorias na área da saúde, como a reestruturação do Hospital Federal do Andaraí, incluindo a inauguração de um novo setor de trauma. Por fim, defendeu que Parlamentares valorizem ações concretas realizadas no Estado e levem informações positivas à população.

Geraldo Resende (PSDB - MS) - O Deputado relatou uma série de agendas realizadas no Mato Grosso do Sul, destacando ações voltadas principalmente à saúde e à inclusão social em diferentes Municípios do Estado. Mencionou a entrega do primeiro aparelho de Raios-X no Município de Corguinho (MS), ampliando a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

capacidade de diagnóstico médico local. Também citou iniciativas em Sidrolândia (MS), com a destinação de transporte sanitário para atender comunidades rurais e indígenas, além de agendas em Maracaju (MS), onde acompanha a implantação de uma instituição de longa permanência para idosos. Na cidade de Ponta Porã (MS), destacou a realização de um evento voltado ao debate sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), reunindo grande público na região de fronteira com o Paraguai. Por fim, afirmou que seu mandato prioriza ações concretas que impactem diretamente a vida da população, defendendo políticas públicas voltadas à saúde, inclusão e melhoria da qualidade de vida, especialmente para grupos mais vulneráveis.

Elisangela Araujo (PT - BA) - A Deputada destacou a realização, em Campinas (SP), da Feira Nacional de Máquinas e Tecnologias para a Agricultura Familiar, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, ressaltando o evento como espaço de valorização dos agricultores e da produção rural. Explicou que a iniciativa apresenta tecnologias adaptadas à realidade da agricultura familiar, considerando o tamanho das propriedades, a diversidade produtiva e as condições de trabalho no campo. Também enfatizou o papel das mulheres, responsáveis por grande parte da produção de alimentos, e destacou a importância de políticas públicas que dialoguem com as necessidades reais dos trabalhadores rurais. Além disso, mencionou os 30 anos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), apontando sua relevância para a melhoria das condições de vida no campo. Ao final, afirmou que fortalecer a agricultura familiar contribui para o desenvolvimento econômico, a geração de renda e a segurança alimentar no país.

Carol Dartora (PT - PR) - A Deputada denunciou ter sido alvo de ameaças de estupro e morte, associando os ataques à sua atuação parlamentar no combate à violência misógina nas redes sociais. Disse que as intimidações ocorreram no contexto da apresentação de propostas legislativas voltadas a enfrentar grupos que promovem discurso de ódio e violência contra mulheres no ambiente digital. Afirmou que esse tipo de ameaça não atinge apenas indivíduos, mas representa um risco à própria democracia, ao tentar silenciar mulheres que ocupam espaços de poder. Defendeu que a violência política de gênero e raça seja enfrentada de forma institucional e destacou a importância de avançar com projetos que tratem da criminalização da misoginia no país. Também mencionou sua participação em debates internacionais na Organização das Nações Unidas (ONU), onde representou o Brasil em discussões sobre direitos das mulheres. Ao final, reforçou a necessidade de resistência e afirmou que não recuará diante das ameaças, defendendo a ampliação da participação feminina na política.

Keniston Braga (MDB - PA) - O Deputado criticou o ambiente de polarização política na Câmara e defendeu maior foco em pautas estruturantes para o desenvolvimento do país. Citou como exemplo a situação da Rodovia Transamazônica, que enfrenta problemas históricos de infraestrutura, especialmente durante o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

chamado “inverno amazônico”, quando trechos ficam intrafegáveis, prejudicando a mobilidade e a economia na região. Também mencionou dificuldades em outras rodovias importantes do Pará, como a BR-158 e a BR-155, destacando impactos no escoamento da produção e no desenvolvimento regional, especialmente nas regiões sul e sudeste do Estado. Em seguida, relatou preocupação com a situação da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), no Município de Parauapebas (PA), onde problemas estruturais estariam comprometendo a continuidade de cursos na área agrária. Ao final, pediu que o Parlamento priorize temas ligados à infraestrutura, educação e desenvolvimento regional, em vez de disputas políticas.

Rafael Fera (PODE - RO) - O Deputado denunciou possíveis irregularidades na área da saúde no Estado de Rondônia, durante a gestão do Governador Marcos Rocha. Afirmou que um contrato da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia, previsto para durar 12 meses e custar cerca de R\$ 8,5 milhões, teria consumido mais de R\$ 13 milhões em apenas 45 dias, levantando suspeitas sobre a execução dos serviços e a capacidade operacional da empresa responsável. Também questionou a produtividade apresentada, com centenas de atendimentos e dezenas de cirurgias diárias, e pediu investigação por parte do Ministério Público estadual, além de acionar a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF), em razão do possível uso de recursos federais. Além disso, apontou indícios de irregularidades na área da educação, vinculadas à Secretaria de Estado da Educação de Rondônia, e criticou mudanças frequentes na gestão da pasta. Por fim, manifestou preocupação com a possível privatização dos serviços de água e saneamento no estado, citando a atuação da Aegea Saneamento, e pediu atenção dos órgãos de controle para investigar os fatos.

Alfredinho (PT - SP) - O Deputado registrou a presença de autoridades municipais em visita à Câmara dos Deputados, destacando o Vereador Dheison Renan Silva, de São Paulo (SP), a Vereadora Paolla Miguel, de Campinas (SP), o Vereador Zé Luiz Silva, de Iguape (SP), além de outros convidados. Por fim, agradeceu a visita e ressaltou a importância da participação de lideranças locais no ambiente legislativo federal, valorizando a integração entre os diferentes níveis de representação política.

Átila Lins (PSD - AM) - O Deputado relatou viagem ao interior do Amazonas, destacando a participação nas comemorações dos 70 anos do Município de Santo Antônio do Içá (AM), onde acompanhou obras financiadas por emenda parlamentar, como a construção de um estádio de futebol, e anunciou a implantação de uma policlínica voltada à saúde da mulher. Em seguida, mencionou visita ao Município de Nova Olinda do Norte (AM), onde participou de agenda institucional com autoridades locais e destacou o lançamento de edital para construção da ala de maternidade do hospital, também com recursos destinados por seu mandato. Por fim, afirmou acompanhar tratativas junto ao Ministério do Trabalho para garantir o pagamento do seguro-defeso



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

aos pescadores, ressaltando que cerca de 100 mil profissionais no Amazonas aguardam o benefício e defendendo a reabertura do prazo para assegurar o acesso ao auxílio.

Leônidas Cristino (PDT - CE) - O Deputado destacou a celebração do Ano Jubilar Franciscano, convocado pelo Papa Leão XIV, em homenagem aos 800 anos da morte de São Francisco de Assis. Ressaltou a trajetória do santo, que renunciou à riqueza para viver na pobreza, tornando-se símbolo de simplicidade, fraternidade e respeito ao meio ambiente. Também mencionou a exposição dos restos mortais do santo na Basílica de São Francisco de Assis, evento que tem atraído peregrinos de diversas partes do mundo. Por fim, afirmou que, mesmo após oito séculos, o legado de São Francisco permanece atual e inspirador para a humanidade.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado criticou o Governo Federal por não garantir o direito de mobilidade aos moradores dos Estados do Amazonas e Roraima, destacando a falta de ligação rodoviária adequada entre essas regiões e o restante do País. Defendeu a pavimentação da BR-319, especialmente no trecho de cerca de 405 km, argumentando que a obra é essencial para assegurar dignidade, reduzir o custo de vida e melhorar o acesso a alimentos, hoje encarecidos pela dificuldade logística. Afirmou que entraves ambientais já foram superados no Congresso e questionou a demora na concessão de licenças e no início das obras por parte do Governo. Por fim, ressaltou que a população local não pode ser penalizada por preservar a floresta, defendendo que o desenvolvimento e a conservação ambiental devem caminhar juntos.

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado anunciou a apresentação de proposta de emenda à Constituição voltada à imparcialidade do Judiciário. Afirmou que o Poder enfrentava perda de credibilidade junto aos Parlamentares e à população. Também explicou que a iniciativa estabelecia inelegibilidade para cargos de magistratura a pessoas que tenham exercido funções eletivas ou cargos em comissão nos Poderes Executivo e Legislativo. Destacou que a medida também previa quarentena de cinco anos para magistrados que deixassem ingressar nesses Poderes. Ao concluir, argumentou que a proposta buscava reforçar a confiança institucional, assegurar a independência das decisões judiciais e reduzir a influência política nos tribunais brasileiros.

General Girão (PL - RN) - O Deputado registrou a visita de comitiva de Deputados do Parlamento Europeu à Casa, destacando representantes de Portugal, Áustria e Holanda, além de diplomata residente no Brasil. Em seguida, informou que o grupo havia recebido Parlamentares brasileiros em agenda internacional voltada ao debate sobre segurança e liberdade. Na sequência, ressaltou a importância do intercâmbio entre Parlamntos para o fortalecimento institucional. Ao final, afirmou que o Parlamento brasileiro reunia debates relevantes e contribuía para a construção de soluções.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado defendeu a aprovação de proposta de emenda à Constituição para estabelecer quarentena de cinco anos entre o exercício de funções nos Poderes Executivo e Legislativo e o ingresso na magistratura, além de prever regra recíproca para magistrados que desejem disputar cargos eletivos. Argumentou que a medida buscava preencher lacuna no sistema de freios e contrapesos da República, evitando a influência política nas nomeações para tribunais como Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre outros. Afirmou ainda que o modelo atual gerava percepção de vinculação entre Ministros e o Presidente da República. Também destacou que a iniciativa visava fortalecer a imparcialidade, a credibilidade do Judiciário e a proteção dos direitos fundamentais. Ao final, agradeceu o apoio de Parlamentares à proposta.

Carlos Gomes (REPUBLICANOS - RS) - O Deputado informou retorno ao mandato após atuação à frente da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária do Rio Grande do Sul, destacando ações durante enchentes, como aquisição de moradias modulares, construção de unidades habitacionais e programas de acesso à casa própria. Além disso, relatou iniciativas de regularização fundiária, saneamento e abastecimento de água, além de parcerias institucionais para atender famílias afetadas. Em seguida, alertou para impactos da reforma tributária na cadeia da reciclagem, defendendo ajustes para evitar prejuízos às indústrias e aos trabalhadores do setor. Também mencionou a Lei de Incentivo à Reciclagem e solicitou apoio para ampliar investimentos e fortalecer a atividade no País.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada denunciou o aumento dos casos de feminicídio no Rio Grande do Sul, informando o registro de 23 mulheres mortas em 75 dias e alertando para a recorrência dos crimes. Apontou insuficiência das ações adotadas e cobrou maior efetividade de políticas públicas, com ampliação de investimentos e fortalecimento da rede de proteção. Em seguida, destacou que a violência apresentava características de extrema brutalidade e criticou a falta de respostas concretas diante da gravidade do cenário. Também defendeu que o enfrentamento ao feminicídio deveria ser tratado como prioridade nacional, envolvendo toda a sociedade. Concluiu reafirmando a necessidade de ação imediata para conter a escalada da violência contra as mulheres.

Marcon (PT - RS) - O Deputado manifestou apoio à denúncia sobre o aumento do feminicídio, destacando a gravidade da violência contra as mulheres no Rio Grande do Sul e no País. Relatou recorrência de casos de machismo e agressões, defendendo resposta rápida das instituições. Em seguida, retomou a defesa da proposta de emenda à Constituição que prevê o fim da escala 6 por 1, com adoção do modelo 5 por 2 e redução da jornada semanal para 40 horas, sem diminuição salarial. Argumentou que a medida buscava



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

garantir mais tempo para convívio familiar, lazer e cuidados com a saúde. Por fim, comparou a proposta com práticas adotadas em países europeus e cobrou avanço na pauta.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado defendeu a atuação da Polícia Civil do Rio de Janeiro, destacando o trabalho de enfrentamento ao crime organizado, à violência e à impunidade. Ressaltou operações, investigações e ações de inteligência que contribuíam para a redução da criminalidade. Ademais, mencionou a condução da instituição pelo Delegado Felipe Curi e a atuação do Secretário de Segurança Victor dos Santos na integração das forças policiais. Também destacou o apoio do Governador Cláudio Castro, com investimentos em estrutura e valorização profissional. Afirmou ainda que a defesa das forças de segurança representava a proteção da sociedade e reforçou compromisso com o fortalecimento das instituições e a manutenção da ordem pública.

Rafael Simoes (UNIÃO - MG) - O Deputado relatou participação em encontro com representantes de sindicatos rurais e cooperativas no sul de Minas Gerais, onde recebeu demandas do setor produtivo. Destacou a importância da aprovação do Projeto de Lei nº 715, de 2023, que permite a contratação de trabalhadores safristas sem perda de benefícios sociais, como forma de garantir mão de obra no período de colheita. Alertou para dificuldades enfrentadas por produtores diante de normas trabalhistas e enquadramentos relacionados a trabalho análogo à escravidão, defendendo maior clareza na regulamentação. Ao finalizar, solicitou mobilização para votação da proposta, visando assegurar segurança jurídica e evitar prejuízos econômicos e sanitários nas lavouras.

Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG) - O Deputado criticou decisão do Supremo Tribunal Federal relacionada ao fim da aposentadoria compulsória de magistrados, classificando a medida como exemplo de interferência institucional. Afirmou que a regra não alcançava os próprios Ministros da Corte, apontando tratamento desigual. Sustentou ainda que a iniciativa caberia ao Poder Legislativo e questionou a ausência de reação das lideranças do Congresso. Também associou a decisão à tentativa de desviar atenções de investigações envolvendo o Banco Master e possíveis vínculos com integrantes do Judiciário.

Ivoneide Caetano (PT - BA) - A Deputada destacou a visita do Governador Jerônimo Rodrigues a Camaçari (BA), ressaltando o resultado positivo das ações conjuntas com o Governo Federal e a gestão municipal. Informou que o Governador realizou a vistoria das obras da policlínica do Novo PAC, que incluirá serviços voltados a mulheres vítimas de violência, pessoas com deficiência e população trans. Relatou ainda o anúncio de investimentos na saúde, com implantação de unidades básicas, centro de reabilitação e serviços de saúde mental no Município. Também mencionou participação no Festival de Arembepe, evento cultural tradicional



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

na cidade. Ao final, registrou a presença dos Vereadores Tagner Cerqueira e Kaique Ara, e ressaltou a importância da participação de representantes locais no ambiente parlamentar.

Carla Dickson (UNIÃO - RN) - A Deputada criticou a decisão da Governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, de permanecer no cargo e desistir da disputa ao Senado, associando a escolha a dificuldades na gestão estadual. Apontou desequilíbrio fiscal, atrasos de pagamentos a empresas contratadas e impactos na segurança pública, com risco de suspensão do monitoramento eletrônico. Também mencionou problemas na saúde, com falhas estruturais e falta de insumos; e na educação, destacando baixos indicadores e evasão escolar. Ao concluir, cobrou providências para cumprimento de compromissos administrativos e melhoria dos serviços públicos, afirmando que a população enfrentava prejuízos diante do cenário apresentado.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado registrou a presença de Ivanildo Almeida no Congresso Nacional, destacando a concessão da Comenda Convento da Penha, honraria concedida a personalidades que contribuem para o desenvolvimento do Espírito Santo e do turismo. Informou que o homenageado é natural de Venda Nova do Imigrante (ES) e possui trajetória como Vereador e Secretário de Agricultura no Município. Também ressaltou o simbolismo da comenda, associada a um dos principais pontos turísticos do Estado. Por fim, reconheceu a importância da homenagem e deu boas-vindas ao convidado, destacando sua contribuição à sociedade capixaba.

Padre João (PT - MG) - O Deputado anunciou a sanção da Lei nº 15.211, conhecida como ECA Digital, destacando a iniciativa como avanço na proteção de crianças e adolescentes no ambiente virtual. Em seguida, informou que a norma previa mecanismos como verificação de idade, vinculação de contas a responsáveis, exclusão rápida de conteúdos impróprios e restrições à publicidade direcionada. Ressaltou a adoção de configurações máximas de privacidade por padrão e a previsão de sanções a empresas que descumprirem as regras. Ademais, afirmou que a medida fortalecia a segurança digital e colocava o País como referência na proteção de direitos. Finalizou apontando também a necessidade de avanços no enfrentamento às *fake news*.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado criticou entrevista realizada com pré-candidatos do PSD à Presidência da República, apontando ausência de questionamentos incisivos. Em seguida, direcionou críticas ao Governador do Paraná, mencionando medidas adotadas em sua gestão, como privatizações, aumento de pedágios e política educacional. Contestou o posicionamento contrário do Governador Ratinho Júnior à proposta de redução da jornada de trabalho para o modelo 5 por 2 com 40 horas semanais. Argumentou que a resistência à mudança repetia discursos históricos contrários a direitos trabalhistas, e que a redução da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

jornada já era realidade em diversos contextos e poderia contribuir para melhores condições de vida dos trabalhadores.

Carla Dickson (UNIÃO - RN) - A Deputada manifestou críticas à decisão do Supremo Tribunal Federal que concedeu prisão domiciliar ao ex-Deputado Chiquinho Brazão, um dos mandantes do assassinato da Vereadora Marielle Franco. Em seguida, questionou a medida no contexto do mês de combate à violência contra a mulher e apontou uma incoerência na reação de setores políticos e movimentos sociais. Comparou o caso com a situação do ex-Presidente Jair Bolsonaro, mencionando diferenças de tratamento no sistema de Justiça. Argumentou ainda que decisões dessa natureza geravam percepção de desigualdade e cobrou critérios mais claros e uniformes na aplicação de medidas judiciais.

Paulão (PT - AL) - O Deputado cobrou a instalação da CPI do Banco Master, afirmando que a Casa não cumpria seu papel de fiscalização. Informou que havia assinado o requerimento e criticou a falta de encaminhamento da investigação. Além disso, mencionou denúncias envolvendo a instituição financeira e possível participação de Parlamentares, apontando existência de materiais que demandariam apuração. Também associou a origem do caso a decisões tomadas em gestões anteriores e defendeu que o episódio representava um dos maiores escândalos financeiros do País. Concluiu cobrando uma ação do Congresso Nacional e reforçando a necessidade de investigação.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado registrou homenagem ao aniversário de Aracaju (SE), destacando os 171 anos da capital sergipana. Parabenizou a população, autoridades locais e representantes políticos, desejando avanços na qualidade de vida da cidade e reafirmando seu compromisso em apoiar projetos em benefício da capital.

Waldenor Pereira (PT - BA) - O Deputado anunciou um seminário em Vitória da Conquista (BA), no dia 21 de março, para discutir a aplicação de emendas parlamentares com participação popular, abordando áreas como agricultura, saúde e educação. Informou que o evento reunirá lideranças regionais e, possivelmente, contará com a presença de Ministros com o objetivo de definir prioridades para o desenvolvimento regional.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada destacou o dia de mobilização nacional da enfermagem, em 17 de março, e a participação de profissionais de Mato Grosso no movimento. Mencionou representantes presentes em Brasília e reforçou o apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2024, que trata do piso salarial e da jornada de 30 horas para enfermeiros, pedindo apoio dos Parlamentares para a sua aprovação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Clarissa Tércio (PP - PE) - A Deputada destacou a criação do sistema de segurança “Protec Vaquejada”, desenvolvido pelo vaqueiro Gel Medeiros, que utiliza colchões amortecedores para reduzir acidentes nas pistas. Ressaltou a importância da inovação para prevenir lesões e mencionou a morte do vaqueiro Mãozinha como exemplo da necessidade de mais segurança. Informou ainda que apresentou requerimentos ao Ministério do Esporte e à Associação Brasileira de Vaquejada para incentivar a adoção da tecnologia em todo o País.

Luiz Carlos Haully (PODE - PR) - O Deputado alertou para a necessidade de apoio à ciência brasileira, destacando que muitos pesquisadores estão se aposentando. Defendeu a aprovação urgente do Projeto de Lei Complementar nº 158, de 2025, de sua autoria, para permitir que cientistas, especialmente da Embrapa, continuem atuando na pesquisa, evitando prejuízos à produção científica do País.

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada manifestou repúdio ao Projeto de Lei nº 1.013, de 2026, que propõe o fim do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Classificou a medida como um retrocesso e uma ameaça ao Estado Democrático de Direito, destacando que o conselho é essencial para a fiscalização e promoção dos direitos humanos. Afirmou também que atuará, junto a outros mandatos e movimentos sociais, para barrar a proposta.

Soldado Noelio (UNIÃO - CE) - O Deputado defendeu maior proteção aos profissionais de segurança, especialmente vigilantes e agentes socioeducadores. Argumentou que esses trabalhadores enfrentam riscos constantes e precisam ter direito ao porte de arma também fora do serviço, para garantir sua própria segurança. Por fim, pediu celeridade na tramitação de proposta que assegura esse direito aos agentes socioeducadores, destacando que a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, já reconhece a categoria como parte do sistema de segurança pública.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado defendeu a ampliação das investigações sobre o caso envolvendo o Banco Master e criticou a atuação de figuras políticas e religiosas ligadas à Igreja da Lagoinha, em Minas Gerais. Mencionou nomes como Nikolas Ferreira, Flávio Bolsonaro e o Senador Carlos Viana, levantando suspeitas sobre repasses de recursos e possíveis conflitos de interesse. Cobrou também investigações mais amplas, criticou seletividade em apurações e defendeu transparência.

Icaro de Valmir (PL - SE) - O Deputado iniciou sua fala homenageando os 171 anos de Aracaju (SE), parabenizando a população e autoridades locais. Em seguida, denunciou a grave situação do abastecimento de água em Sergipe desde a entrega do serviço à Iguá Saneamento, com aval do Governador Fábio Mitidieri.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Afirmou que a população enfrenta falta de água nas torneiras, contas infladas e desproporcionais, tarifas elevadas sem justificativa, demora na prestação de serviços e, quando reclama, sofre tentativas de intimidação e desqualificação por parte da empresa. Criticou também a omissão do Governo estadual diante dos abusos, e declarou que a situação é insustentável, prometendo que a resposta virá pela via democrática.

Célio Studart (PSD - CE) - O Deputado defendeu a urgência na votação do Projeto de Lei nº 2.475, de 2025, que propõe tornar hediondos os crimes de maus-tratos a animais que resultem em morte. Destacou a gravidade desses casos e argumentou, com base na chamada Teoria do *link*, que a violência contra animais pode estar associada a outros tipos de violência, pedindo apoio dos Parlamentares para a aprovação da proposta.

Cobalchini (MDB - SC) - O Deputado destacou a importância do cooperativismo como motor de desenvolvimento econômico e social, especialmente em Santa Catarina. Apresentou dados sobre a força do setor no Brasil e no Estado, ressaltando seu impacto na geração de empregos, no agronegócio e no crescimento econômico. Além disso, reafirmou o compromisso de apoiar demandas das cooperativas, como infraestrutura e segurança jurídica, para fortalecer ainda mais o setor.

Alfredinho (PT - SP) - O Deputado manifestou preocupação com o cenário internacional, criticando ações dos Estados Unidos e do Presidente Donald Trump, e apontando impactos na economia brasileira, como o aumento dos combustíveis. Cobrou também medidas do Governo para conter abusos nos preços. No âmbito nacional, criticou a privatização da Sabesp, atribuindo problemas no serviço e aumento de tarifas à gestão do Governador Tarcísio de Freitas, e afirmou que o tema deverá ser debatido nas eleições.

Rafael Fera (PODE - RO) - O Deputado registrou a presença do Procurador da OAB, Alex Sarkis, na Câmara dos Deputados, destacando sua atuação na defesa das prerrogativas da advocacia. Também saudou os advogados de Rondônia e de todo o País, manifestando apoio a pautas em votação de interesse da categoria.

Bruno Farias (AVANTE - MG) - O Deputado registrou a presença do empresário Graydson na Câmara dos Deputados, destacando sua atuação na geração de empregos e em ações sociais em Minas Gerais.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado alertou para os riscos do Projeto de Lei nº 1.013, de 2026, que propõe a extinção do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Criticou a iniciativa, defendendo a importância do conselho como espaço de participação da sociedade civil, com autonomia para monitorar e influenciar políticas públicas de direitos humanos no Brasil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado atribuiu a alta dos combustíveis e fertilizantes a conflitos internacionais, criticando líderes como Donald Trump e Benjamin Netanyahu, e defendeu medidas do Governo Lula para conter os preços, como a redução de tributos. Cobrou também fiscalização da ANP contra abusos e criticou políticas de privatização de governos anteriores, propondo maior controle estatal, fortalecimento da Petrobras e até reestatização de ativos para garantir preços mais baixos e soberania energética.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado defendeu a votação do fim da Instrução Normativa nº 125, argumentando que a medida é essencial para proteger o cacau brasileiro de riscos sanitários ligados à importação. Destacou ações do Governo Federal, sob o Ministro Carlos Fávaro, como a suspensão de importações, e ressaltou a importância da iniciativa para produtores de todo o País, com apoio da Associação de Produtores de Cacau do Brasil.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado fez críticas ao Governo Lula, apontando aumento de custos como energia e combustíveis e alegando falta de resultados. Além disso, o Parlamentar defendeu a necessidade de mudança política, mencionando o nome de Flávio Bolsonaro como alternativa, e criticou a atuação da base governista.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado denunciou o adiamento da análise do processo de ocupação da Mesa Diretora no Conselho de Ética da Câmara, classificando a decisão como falta de ética e decoro parlamentar. Afirmou que, após meses de tramitação, a apresentação do relatório do Deputado Moses Rodrigues foi impedida por manobras como a retirada de pauta sem justificativa. Criticou a condução do caso, afirmando que há tentativa de postergar a decisão.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado relatou o sucesso da visita do pré-candidato a Presidência da República, Flávio Bolsonaro, a Rondônia, destacando a grande recepção e afirmando que a Direita conservadora é forte no Estado. Manifestou preocupação com a CPI do roubo dos aposentados, relatando estar impedido de acessar informações sobre ações envolvendo Vorcaro e outras autoridades, e ressaltou sua responsabilidade por ter iniciado esse trabalho no Congresso Nacional, coletando assinaturas para a CPI. Por fim, fez um apelo ao Supremo Tribunal Federal para que liberte Bolsonaro ou o envie para prisão domiciliar, argumentando que não há condições de manter preso um homem doente e caracterizando a situação como tortura e perseguição.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado criticou o Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes pela manutenção da prisão do ex-Presidente Jair Bolsonaro, mesmo diante de seu estado de saúde



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

debilitado. Ademais, atribuiu ao Ministro atuação persecutória e caráter despótico, além de relacioná-lo ao escândalo de corrupção do Banco Master. Ao final, defendeu que o ex-Presidente fosse autorizado a permanecer em sua residência para tratamento de saúde.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado criticou a Esquerda e o Governo Federal, destacando a corrupção no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e no Banco Master, além dos prejuízos em empresas estatais. Ademais, condenou a Esquerda por impedir o depoimento do filho do Presidente Lula, o Lulinha, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS e por atuar contra a quebra de seu sigilo bancário. Além disso, declarou que não discrimina os homoafetivos, mas defende seu direito de discordar da condução da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher pela Presidente, tendo em vista que a Comissão trata de aspectos biológicos femininos. Ao final, condenou o uso de palavras de baixo calão proferidas contra Parlamentares pela Presidente da Comissão.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado denunciou a tortura que representa a prisão do ex-Presidente Bolsonaro, defendendo sua prisão domiciliar e condenando o Supremo Tribunal Federal (STF) por colocar sua vida em risco.

Dr. Fernando Máximo (UNIÃO - RO) - O Deputado parabenizou o Tribunal de Justiça de Rondônia, na pessoa do seu Presidente, Desembargador Alexandre Miguel, pela conquista do sétimo Selo Diamante consecutivo. Ademais, elogiou a Dra. Tatiana Coelho de Sampaio por pesquisa sobre a polilaminina, ressaltando seu potencial de recuperação de movimentos em pacientes. Além disso, responsabilizou o Governo Federal de 2015 e 2016 pelo corte de recursos das universidades federais e pela falta de registro da patente internacional do medicamento. Adicionalmente, indicou a pesquisadora Dra. Tatiana para receber Moção de Louvor e Regozijo e o Prêmio Brasil Mais Inclusão Deputada Amália Barros de 2026. Ao final, destacou iniciativas do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Rondônia para ampliação do eleitorado e do Tribunal de Justiça estadual com a implementação do Fórum Digital, destinado à ampliação do acesso à justiça.

Célio Silveira (MDB - GO) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do Diretor do Hospital Araújo Jorge, Jales Benevides, e de Deuba Assunção, destacando a realização pela instituição de 12 mil cirurgias de alta complexidade por ano e o atendimento a pacientes de Goiás e de toda a Região Centro-Oeste. Além disso, manifestou apoio à candidatura do Deputado Dr. Zacharias Calil ao Senado por Goiás, ressaltando sua atuação como médico.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado alertou para a possibilidade de paralisação nacional do transporte rodoviário de cargas e manifestou apoio aos caminhoneiros. Ademais, criticou a ausência de fiscalização por parte do Governo Federal e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) quanto ao cumprimento do piso mínimo de frete e do vale-pedágio. Além disso, contestou parecer da ANTT que prevê a cobrança de seguro adicional do caminhoneiro autônomo, equiparando-o a transportadoras. Por fim, enfatizou seu apoio a eventual mobilização da categoria até que haja solução para as demandas apresentadas.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado criticou o Supremo Tribunal Federal (STF), apontando o caráter político de suas decisões e sua falta de imparcialidade. Ademais, recriminou os Ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, atribuindo ao primeiro atuação motivada por ódio e perseguição ao ex-Presidente Bolsonaro e ao segundo conduta incompatível com a função. Além disso, defendeu a adoção de critérios técnicos para a escolha de Ministros do STF em substituição a indicações políticas. Por fim, sustentou que o ex-Presidente não deveria estar preso ou, ao menos, deveria cumprir prisão domiciliar.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado condenou o Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes por manter a prisão ilegal do ex-Presidente Bolsonaro, colocando sua vida em risco. Ademais, criticou o indeferimento da prisão domiciliar ao ex-Presidente, ignorando seu estado de saúde precário. Ao final, sustentou que os políticos vinculados à Esquerda deveriam estar presos, em particular o Presidente Lula.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado condenou a busca e apreensão determinada por Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) contra jornalista do Maranhão em razão de matéria publicada sobre integrante da Corte, denunciando o abuso de autoridade. Ademais, questionou o funcionamento da democracia no País e repudiou o conluio entre o Presidente Lula e o STF. Ao final, conclamou os Parlamentares a denunciarem os abusos da Suprema Corte.

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado tratou da possibilidade de mulher trans presidir a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, defendendo que o colegiado deve ser conduzido por mulheres em razão de suas especificidades biológicas. Ademais, afirmou que as políticas públicas para as mulheres se baseiam em características próprias do sexo feminino, destacando sua experiência como médico e Parlamentar na defesa da saúde e da dignidade das mulheres. Além disso, reconheceu que todas as pessoas devem ser respeitadas, inclusive aquelas que não se identificam com o sexo biológico, mas sustentou a necessidade de preservar a finalidade institucional da Comissão. Por fim, afirmou que há Deputadas qualificadas para exercer a função, defendendo a garantia da representação feminina nesses espaços.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Reimont (PT - RJ) - O Deputado manifestou solidariedade à família da médica Andréa Marins Dias, do Instituto Nacional do Câncer (INCA), assassinada no Rio de Janeiro (RJ). Ademais, criticou a política de segurança pública do Governador Cláudio Castro, do Partido Liberal (PL), e cobrou apuração rigorosa e transparente. Além disso, condenou o Governo Estadual pela morte de pessoas em decorrência de falhas e excessos de operações policiais. Adicionalmente, defendeu a associação E-Nuclear, ressaltando a atuação de profissionais do setor e a importância do papel do Estado no desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro. Por fim, elogiou o Governo Lula, destacando a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até cinco mil reais e recriminou a atuação da Extrema Direita.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado apelou ao Governador da Paraíba, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), para que deixe o cargo no início do ano, visando respeitar a legislação eleitoral. Ademais, denunciou a situação precária dos profissionais de segurança pública, responsabilizando o mesmo grupo político no poder por quase 16 anos consecutivos. Além disso, defendeu a valorização da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Penal, da Polícia Civil, da Polícia Científica e dos agentes socioeducativos, com melhores salários e condições de trabalho.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - O Deputado denunciou a escalada de feminicídios e violência sexual contra mulheres no Brasil, destacando dados sobre assassinatos e estupros, especialmente contra meninas. Ademais, criticou a decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que admitiu casamento infantil, posteriormente revogada, e ressaltou o caso de estupro coletivo no Rio de Janeiro (RJ). Além disso, defendeu a eleição da Deputada Erika Hilton à Presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, repudiando críticas motivadas por transfobia e afirmando que a representação fortalece as pautas femininas e a proteção das mulheres. Por fim, condenou o preconceito contra a população trans e destacou a necessidade de ampliar sua representação política.

Saullo Vianna (MDB - AM) - O Deputado relatou visita ao Município de Itacoatiara (AM), onde recebeu demandas de pescadores sobre dificuldades no acesso ao seguro defeso. Ademais, apontou que milhares de trabalhadores não conseguiram se cadastrar no novo sistema do Governo Federal, em razão da burocracia e de limitações tecnológicas em regiões afastadas. Além disso, criticou as exigências do cadastro, especialmente a biometria digital, e alertou para a situação de famílias sem acesso ao benefício. Ao final, reforçou os pleitos da bancada do Amazonas, incluindo a criação de atendimento presencial emergencial, a flexibilização das exigências e a garantia de pagamento aos pescadores aptos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado celebrou o Dia do Teatro do Oprimido e o legado do dramaturgo Augusto Boal, destacando sua contribuição para a transformação social por meio do teatro. Ademais, relembrou o discurso do artista ao receber o título de Embaixador Mundial do Teatro, pela UNESCO, enfatizando a ideia de que o teatro é instrumento de reflexão e mudança da realidade. Além disso, destacou a disseminação do Teatro do Oprimido em escolas, favelas e comunidades, bem como sua aplicação no chamado teatro legislativo. Por fim, lembrou a perseguição sofrida pelo artista durante a ditadura e ressaltou a continuidade de seu legado por meio do Centro de Teatro do Oprimido no Rio de Janeiro (RJ).

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada informou a obtenção de assinaturas no Senado para a instalação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre o Banco Master, subscrita em conjunto com a Deputada Fernanda Melchionna. Ademais, apelou aos Deputados para aderirem ao requerimento, denunciando a resistência à investigação no âmbito da Câmara dos Deputados. Além disso, apontou o envolvimento do Banco Master em práticas criminosas, como lavagem de dinheiro, exploração de recursos de fundos de pensão e prejuízos a aposentados e pensionistas, destacando que os danos recaem sobre a população mais pobre. Por fim, defendeu que todos os envolvidos sejam punidos, independentemente de posição política.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado apelou ao Ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça para que defira os pedidos de prisão contra o Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, em razão de escândalos relacionados ao Banco Master.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado defendeu o fim da jornada de trabalho 6 por 1 e a redução da carga horária semanal, argumentando que o aumento da produtividade e da riqueza no País justifica a medida. Ademais, criticou a oposição histórica da Direita e do Centrão à redução da jornada e cobrou agilidade na tramitação de proposta legislativa sobre o tema. Além disso, defendeu a constitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 8, de 2025, que dá nova redação ao inciso XIII, do artigo 7º da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil. Por fim, defendeu a aprovação célere da matéria como forma de garantir direitos aos trabalhadores e promover melhor distribuição de renda.

Luisa Canziani (PSD - PR) - A Deputada saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do Prefeito Samuel do Prado, do Município de Sertaneja (PR), elogiando-o como grande líder municipalista.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado destacou sua atuação parlamentar com a realização de audiências públicas na Comissão de Viação e Transportes (CVT) em defesa da revitalização da Rodovia Presidente Dutra no trecho da Baixada Fluminense. Ademais, cobrou da empresa *Light* a retirada de torre que impede a continuidade da obra do viaduto de ligação entre a Linha Vermelha e a via expressa da Rodovia Presidente Dutra. Além disso, exigiu o cumprimento do contrato de concessão pela EcoRioMinas, com duplicação da via, instalação de iluminação e passarelas, visando maior segurança e redução de congestionamentos. Por fim, alertou para o impacto do tráfego na rotina dos trabalhadores e defendeu melhorias para a mobilidade na região.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado afirmou que o escândalo envolvendo o Banco Master não atingiu todos os setores e declarou que a Federação PSOL REDE não esteve envolvida. Apontou indícios de conluio entre um banqueiro e integrantes do Judiciário, além de destacar ramificações políticas, citando o Senador Ciro Nogueira, ex-Ministro da Casa Civil do Governo Bolsonaro. Também levantou questionamentos sobre a aplicação de recursos de fundos de previdência de servidores em títulos de alto risco, com menção ao Estado do Rio de Janeiro. Atribuiu responsabilidade ao Governador Cláudio Castro pela gestão do fundo estadual e defendeu investigação sobre prejuízos aos servidores públicos.

Orlando Silva (PCdoB - SP) - O Deputado criticou declarações de dirigente do PL sobre suposto interesse de Donald Trump na eleição do Senador Flávio Bolsonaro e apontou risco de interferência externa no processo eleitoral brasileiro. Mencionou episódio envolvendo o Deputado Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos e afirmou que medidas como o tarifaço tiveram impacto na economia nacional. Também destacou atuação do Presidente Lula na retomada do diálogo internacional e na proteção de empregos. Afirmou que a Constituição veda influência estrangeira nas eleições e defendeu a soberania do voto popular. Informou que cabe ao povo brasileiro decidir os rumos do País, preservando a democracia e a autonomia nacional.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado acusou um Parlamentar de apresentar informações falsas sobre o Deputado Eduardo Bolsonaro. Informou que Eduardo Bolsonaro estaria nos Estados Unidos para denunciar irregularidades no Brasil, incluindo casos de corrupção e críticas a Ministros do Supremo Tribunal Federal. Afirmou que houve distorção sobre os objetivos da atuação do Deputado no exterior e contestou as declarações feitas na tribuna. Relatou que o Deputado também direcionou críticas à esquerda e defendeu o nome da família Bolsonaro, em meio ao embate político no plenário.

Paulo Magalhães (PSD - BA) - O Deputado relatou agenda no sudoeste da Bahia ao lado do Governador Jerônimo Rodrigues, com destaque para a inauguração de escola de tempo integral em Cândido Sales (BA). Afirmou que a unidade representou investimento na educação e ressaltou a participação do Prefeito Maurílio



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Lemos no evento. Também mencionou o cumprimento de compromisso relacionado à pavimentação de trecho entre a cidade e o Porto de Santa Cruz. Associou as ações ao apoio do Presidente Lula e a lideranças políticas do Estado, citando resultados do Governo baiano. Declarou que a gestão estadual contribuiu para o desenvolvimento regional e valorizou a atuação de autoridades locais.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada manifestou solidariedade ao povo libanês diante de ataques em Beirute e criticou ações que afetaram a soberania de países do Oriente Médio. Também abordou a crise no sistema financeiro brasileiro, citando o caso do Banco Master e atribuindo responsabilidades a decisões do Governo Bolsonaro e à gestão de Roberto Campos Neto. Afirmou que, no Governo Lula, houve fechamento da instituição e avanço em investigações. Criticou propostas que envolvem uso de recursos públicos para socorrer bancos e defendeu maior regulação do setor. Ainda destacou a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025, que dá nova redação ao inciso XIII, do artigo 7º da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil, como pauta prioritária para trabalhadores.

Lucas Abrahao (REDE - AP) - O Deputado registrou preocupação de comunidades do interior do Amapá com a suspensão dos serviços de Pix Saque e Pix Troco pela Caixa Econômica. Afirmou que a medida afetou populações ribeirinhas e Municípios sem agências bancárias, onde lotéricas funcionavam como principal meio de acesso a dinheiro em espécie. Destacou que a digitalização não alcançou todas as regiões e relatou dificuldades de acesso à internet em áreas isoladas. Explicou que muitos cidadãos dependiam das lotéricas para realizar operações básicas e obter recursos. Fez apelo para que a instituição financeira retomasse os serviços, considerando a realidade de regiões com menor infraestrutura.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada denunciou casos recentes de feminicídio no Rio Grande do Sul, citando o assassinato de uma mulher em Esteio (RS) e outras ocorrências em diferentes Municípios. Destacou que parte das vítimas havia solicitado medidas protetivas, algumas não concedidas ou não executadas, e apontou falhas na atuação do Estado. Defendeu o uso de tornozeleiras eletrônicas para agressores. Também abordou dificuldades de acesso a delegacias especializadas e a dependência econômica das vítimas. Fez um apelo por políticas integradas de proteção e registrou solidariedade às famílias afetadas.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado manifestou apoio à Deputada Erika Hilton, relatando ataques e desrespeito sofridos pela Parlamentar e destacando sua atuação à frente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Ressaltou a trajetória de Erika Hilton, sua atuação em defesa da classe trabalhadora. Também mencionou a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025, que dá nova redação ao inciso XIII, do artigo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

7º da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil. Afirmou que há resistência à votação da medida e associou o tema à representação dos trabalhadores no Congresso.

Pezenti (MDB - SC) - O Deputado registrou a presença, no Plenário da Câmara, de representantes de Apiúna, em Santa Catarina, destacando o produtor rural Jaison Linhares e o Vereador Éder da Silva. Informou que ambos estiveram em Brasília (DF) para buscar recursos e avançar em projetos voltados ao desenvolvimento local. Ressaltou a importância da participação de lideranças municipais no Parlamento e afirmou que a Câmara se mantém aberta à população. Também destacou o papel dessas articulações institucionais para atender demandas regionais e fortalecer iniciativas no interior catarinense.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado criticou ataques de Parlamentares de Esquerda à família Bolsonaro e afirmou que o Deputado Eduardo Bolsonaro não estava foragido, atribuindo sua permanência nos Estados Unidos a perseguição judicial. Também mencionou o estado de saúde do ex-presidente Jair Bolsonaro, informando que havia deixado a UTI e seguia em recuperação. Criticou o Presidente Lula, citando condenações por corrupção e questionando a postura de partidos de Esquerda. Ainda fez referência ao cenário eleitoral de 2026, defendendo o nome do Senador Flávio Bolsonaro e associando sua eventual candidatura a pautas políticas e valores conservadores.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado prestou homenagem à família de Francisco de Assis, metalúrgico e companheiro de greves nos anos 1980, após o falecimento de vários parentes ao longo do último ano. Mencionou a morte do irmão, do sobrinho, de uma irmã e de outra sobrinha de Assis, registrando a sequência de perdas enfrentadas pela família. Expressou solidariedade e enviou mensagens de conforto à família, destacando a importância de reconhecer a trajetória de Assis e sua contribuição junto à comunidade trabalhadora. Finalizou a manifestação desejando paz espiritual às vítimas e apoio aos familiares enlutados.

José Airton Félix Cirilo (PT - CE) - O Deputado destacou a importância do Marco Legal da Primeira Infância, instituído pela Lei nº 13.257 em 8 de março de 2016, aprovado pelo Congresso Nacional. Ressaltou que a legislação marcou um avanço ao reconhecer a importância dos primeiros anos de vida e ao fortalecer políticas públicas voltadas à saúde, educação, assistência social, justiça e proteção das crianças. Explicou que o catavento de cinco pontas simboliza o movimento coletivo de apoio às crianças e às famílias, assegurando oportunidades no presente e no futuro. Afirmou que a primeira infância é decisiva para o desenvolvimento integral das crianças e destacou o papel do Parlamento na implementação de medidas que garantem direitos e promovem segurança, assistência e formação plena.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmando que não houve avanços em áreas como saúde, educação e obras públicas, especialmente no Nordeste. Acusou o Governo de aumento de impostos e de manipulação de dados do IBGE, classificando a situação econômica e social do país como caótica. Mencionou ataques do Presidente a diferentes setores, incluindo mulheres, pessoas com deficiência, o Congresso e a polícia, além de questionar a defesa de criminosos por parte do Governo. Concluiu convocando a população para mudança política nas eleições de outubro e para o afastamento do Partido dos Trabalhadores do poder, alegando prejuízos à Nação e à gestão pública.

ORDEM DO DIA

Jorge Goetten (REPUBLICANOS - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado defendeu a aprovação do requerimento de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados.

Luiz Carlos Haully (PODE - PR) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados.

Jilmar Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados.

Ribeiro Neto (PRD - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados. Além disso, destacou que o Partido Novo já vinha, há meses, fazendo a solicitação de inclusão do referido projeto na pauta. Ainda, criticou a não atualização dos valores dos programas criados pelo Brasil, destacando que o valor do benefício em debate permanece sem correção desde 2018, e que, nesse período, houve perda real próxima de 40% no poder de compra. Por fim, defendeu que essa atualização deve ocorrer de forma automática, sem depender de nova aprovação legislativa.

Kim Katagiri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada, autora do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, ressaltou a importância da reparação da defasagem superior a 80% nos limites do Simples Nacional desde 2016, corroídos pela inflação, e afirmou que a medida beneficiará milhões de micro e pequenos empresários. Além disso, assinalou que a correção não configura renúncia fiscal, pois gerará impacto líquido positivo para as receitas da União e das Fazendas Públicas. Por fim, destacou a relevância do tema diante do peso das micro e pequenas empresas no conjunto das empresas ativas do País.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada orientou a bancada feminina na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados.

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado alertou para o risco de desligamento de pesquisadores da Embrapa e de outras instituições de pesquisa em razão do limite etário de 75 anos. Assinalou que cerca de 800 cientistas celetistas poderão ser atingidos, e afirmou que apresentou projeto para corrigir a situação. Por fim, registrou preocupação com iminente decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria e apelou para que o projeto seja submetido a regime de urgência urgentíssima.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado demonstrou preocupação com notícia recém-publicada na imprensa que comunicou a decisão dos caminhoneiros de entrar em greve. Criticou o Governo Lula, associando-o à alta do preço da gasolina, à deterioração da economia e a denúncias e escândalos políticos envolvendo integrantes do Governo e pessoas ligadas ao Presidente. Por fim, ressaltou que a paralisação dos caminhoneiros irá provocar desabastecimento de mantimentos, alimentos e remédios, e advertiu o povo brasileiro de que os últimos meses do Governo Lula serão penosos.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado apelou para que não houvesse mais morosidade na tramitação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 108, de 2021, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a 130 mil reais, bem como para permitir que o MEI contrate até dois empregados. Defendeu que a proposta seja votada já na semana seguinte e encaminhada com urgência ao Senado Federal. Ademais, destacou que acompanha o tema desde o início do seu mandato, quando protocolou projetos (PLP nº 38/2023 e PLP nº 56/2023) que foram apensados ao referido PLP. Por fim, afirmou que a aprovação urgente da proposta trará dignidade ao povo brasileiro, pois poderá retirar pessoas da informalidade e combater o desvio de recursos, ao reduzir distorções tributárias que levam contribuintes a sonegar por não conseguirem pagar impostos sobre impostos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Amanda Gentil (PP - MA) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 6.674, de 2025, que institui o programa Antes que Aconteça.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 6.674, de 2025, que institui o programa Antes que Aconteça. Esclareceu a importância do programa e defendeu que políticas públicas de proteção às mulheres dependem de articulação institucional e de dotação orçamentária. Relatou que a iniciativa contou com apoio da autora, Senadora Daniella Ribeiro, da Comissão da Mulher, do Ministério da Justiça, do Poder Judiciário e de diversos órgãos e entidades, com a formalização de protocolo voltado à prevenção da violência contra a mulher e do feminicídio. Ademais, destacou mecanismos como salas especializadas de atendimento (Sala Lilás), concessão de medidas protetivas, monitoramento de agressores por tornozeleira eletrônica, produção antecipada de prova, capacitação institucional e ampliação da estrutura de atendimento. Ainda, afirmou que o programa já apresenta resultados concretos em Estados-piloto. Por fim, pediu a votação da matéria por aclamação e parabenizou as Parlamentares envolvidas pela transformação da iniciativa em programa previsto em lei.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 6.674, de 2025, que institui o programa Antes que Aconteça. Destacou que a violência, o preconceito e a opressão contra as mulheres constituem problema histórico da sociedade brasileira, e que o programa possui caráter educativo e busca promover igualdade de condições entre homens e mulheres em diversos ambientes sociais, além de prever rede de acolhimento especializado, apoio e proteção às mulheres, com serviços itinerantes, unidades móveis e atuação de defensoras populares e lideranças comunitárias. Ainda, indagou por que alguém seria contrário a uma iniciativa voltada à prevenção dessas violências e disse estranhar a existência de contestação à proposta, questionando se essa resistência decorre de machismo e patriarcalismo. Por fim, ressaltou a importância de dotação orçamentária própria para garantir efetividade ao programa e assegurar o protagonismo e a dignidade das mulheres.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 6.674, de 2025, que institui o programa Antes que Aconteça. Parabenizou a Senadora Daniella, autora do projeto, ressaltou o esforço institucional do Senado Federal, do Ministério da Justiça e da Comissão da Mulher na construção da matéria, e destacou a importância de atuação conjunta, acima da polarização política, em defesa da vida das mulheres. Sustentou que o programa busca prevenir a violência contra a mulher e evitar feminicídios, além de mencionar a violência vicária também como forma grave de violência de gênero. Ainda, destacou a urgência de respostas para mulheres em situação de violência e associou o debate à ampliação do acesso à Justiça e aos desafios trazidos pela inteligência artificial e pela divulgação de conteúdos falsos de nudez, defendendo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

reflexão sobre a regulação das redes sob a ótica da segurança das mulheres. Por fim, afirmou que a prevenção exige investimento orçamentário e maior participação feminina na política, reiterando que a prioridade é proteger a vida das mulheres antes que a violência aconteça.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 6.674, de 2025, que institui o programa Antes que Aconteça. Elogiou o programa e destacou a atuação da autora, Senadora Daniella Ribeiro, e da Deputada Soraya Santos. Ainda, afirmou que muitas mulheres agredidas deixam de procurar a delegacia por não acreditarem que haveria resposta efetiva do Estado, e ressaltou que a proposta busca proteger mulheres em situação de vulnerabilidade e fortalecer sua confiança nas instituições de Justiça e de segurança pública. Ainda, defendeu maior rigor na punição de agressores e feminicidas, além de ampla divulgação do programa em todo o País. Por fim, declarou voto favorável à matéria, reiterou repúdio aos agressores de mulheres e afirmou que a defesa das mulheres deve unir a sociedade brasileira.

Amanda Gentil (PP - MA) - A Deputada, Relatora do Projeto de Lei nº 6.674, de 2025, que institui o programa Antes que Aconteça, agradeceu a aprovação de matéria, a qual considerou relevante para o enfrentamento da violência contra a mulher, representando mais um passo para a mudança da realidade do País. Além disso, ressaltou a importância da atuação conjunta da autora, a Senadora Daniella Ribeiro, e de Deputadas e Deputados na defesa das mulheres e assinalou que o projeto levará proteção e amparo à população do interior dos Estados. Ademais, mencionou a experiência pioneira da Paraíba com Salas Lilás e informou a intenção de levar a iniciativa ao Maranhão. Ainda, agradeceu a colaboração de autoridades e apoiadoras do projeto, bem como o apoio do Presidente Hugo Motta à pauta e à implantação da Sala Lilás na Câmara dos Deputados. Por fim, afirmou que a atuação conjunta do Congresso Nacional produzirá efeitos benéficos para as mulheres e para o País.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara dos Deputados elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 6.674, de 2025, que institui o Programa “Antes que Aconteça”. Destacou que a primeira Sala Lilás foi instalada na Paraíba e apontou a expansão da iniciativa pelo País. Informou a inauguração de uma nova Sala Lilás na Câmara dos Deputados, com atendimento voltado a mulheres do Distrito Federal e frequentadoras da Casa. Afirmou que o espaço buscou ampliar o acolhimento e contribuir para a redução da violência contra mulheres. Também homenageou a bancada feminina.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 6.674, de 2025, que institui o Programa “Antes que Aconteça”. Relembrou a autorização para a criação de uma Comissão Externa voltada ao enfrentamento do feminicídio, após onze mortes registradas na Páscoa de 2025. Afirmou que o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

crime poderia ser evitado com ações preventivas e destacou a importância de identificar sinais prévios, inclusive em atendimentos de saúde e assistência social. Relatou que a comissão apontou caminhos para salvar vidas por meio da escuta e da atuação antecipada. Informou que o Rio Grande do Sul registrou 23 casos de feminicídio em 2026 e manifestou solidariedade às vítimas, defendendo a atuação conjunta das mulheres no Parlamento.

Greyce Elias (AVANTE - MG) - A Deputada elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 6.674, de 2025, que institui o Programa “Antes que Aconteça”. Destacou a relevância da participação feminina em espaços de decisão e defendeu a continuidade de iniciativas com caráter apartidário. Afirmou que o enfrentamento à violência exigiu a participação de homens e mulheres e agradeceu ao Deputado Hugo Motta e aos parlamentares que apoiaram as pautas. Indicou Minas Gerais como prioridade para receber o programa em 2026 e apontou preocupação com dados de violência no País. Associou a proteção das mulheres à defesa das famílias e à implementação de ações de acolhimento.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 6.674, de 2025, que institui o Programa “Antes que Aconteça”. Reconheceu o trabalho da Deputada Amanda Gentil na relatoria e apontou a mobilização de diferentes bancadas em torno do tema. Informou a inauguração da Sala Lilás na Câmara dos Deputados e afirmou que a iniciativa buscou ampliar a representação e o acolhimento às mulheres brasileiras. Defendeu a presença das mulheres na política e ressaltou o papel do Congresso Nacional na promoção dessas pautas, com foco na valorização e proteção das mulheres.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 6.674, de 2025, que institui o Programa “Antes que Aconteça”. Cumprimentou a Senadora Daniella Ribeiro, a Deputada Soraya Santos e a relatora da proposta, destacando a atuação em favor das mulheres. Afirmou que a iniciativa promoveu a união de Parlamentares de diferentes partidos em torno do tema. Defendeu a ampliação das Salas Lilás para delegacias, instituições e outros espaços, com o objetivo de garantir acolhimento e segurança às mulheres. Ressaltou a importância de expandir políticas públicas voltadas à proteção feminina e manifestou apoio às ações desenvolvidas no Congresso Nacional.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 6.674, de 2025, que institui o Programa “Antes que Aconteça”. Afirmou que o enfrentamento à violência contra mulheres envolve também a participação dos homens e destacou a importância do reconhecimento do papel feminino. Avaliou que o feminicídio resultou de uma sequência de ocorrências e defendeu medidas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

preventivas. Apontou que a proposta buscou evitar casos de feminicídio por meio de monitoramento e ação antecipada.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada agradeceu ao Deputado Hugo Motta pela inclusão em pauta de Projeto de Lei nº 1.049, de 2026, que institui a Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, cria o Cadastro Nacional de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, e altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007. Destacou a mobilização nacional em torno do tema e mencionou dados sobre sofrimento emocional entre esse público, incluindo casos de depressão e risco de suicídio. Relatou demandas de famílias por acesso à educação adequada e apresentou exemplos de crianças com desempenho destacado que não receberam atendimento compatível. Informou que o projeto contou com apoio técnico da Câmara e do Senado. Também reconheceu o apoio do Deputado Moses Rodrigues e da Comissão de Educação, defendendo a atuação do Parlamento na promoção de políticas públicas voltadas à inclusão educacional.

Thiago de Joaldo (PP - SE) - O Deputado proferiu parecer às Emendas de Plenário ao Projeto de Lei Complementar nº 6, de 2024, que disciplina o processo de desmembramento simplificado de Municípios com o fim exclusivo de solucionar conflitos territoriais.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva ao Projeto de Lei Complementar nº 6, de 2024, que disciplina o processo de desmembramento simplificado de Municípios com o fim exclusivo de solucionar conflitos territoriais.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva ao Projeto de Lei Complementar nº 6, de 2024, que disciplina o processo de desmembramento simplificado de Municípios com o fim exclusivo de solucionar conflitos territoriais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva ao Projeto de Lei Complementar nº 6, de 2024, que disciplina o processo de desmembramento simplificado de Municípios com o fim exclusivo de solucionar conflitos territoriais.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva ao Projeto de Lei Complementar nº 6, de 2024, que disciplina o processo de desmembramento simplificado de Municípios com o fim exclusivo de solucionar conflitos territoriais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva ao Projeto de Lei Complementar nº 6, de 2024, que disciplina o processo de desmembramento simplificado de Municípios com o fim exclusivo de solucionar conflitos territoriais.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva ao Projeto de Lei Complementar nº 6, de 2024, que disciplina o processo de desmembramento simplificado de Municípios com o fim exclusivo de solucionar conflitos territoriais.

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva ao Projeto de Lei Complementar nº 6, de 2024, que disciplina o processo de desmembramento simplificado de Municípios com o fim exclusivo de solucionar conflitos territoriais.

Rafael Simoes (UNIÃO - MG) - O Deputado elogiou a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 6, de 2024, que disciplina o processo de desmembramento simplificado de Municípios com o fim exclusivo de solucionar conflitos territoriais.

Thiago de Joaldo (PP - SE) - O Deputado elogiou a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 6, de 2024, que disciplina o processo de desmembramento simplificado de Municípios com o fim exclusivo de solucionar conflitos territoriais.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado afirmou que o aumento dos combustíveis esteve ligado à elevação do preço do petróleo no mercado internacional, associada a conflitos envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã. Defendeu posicionamento do Parlamento contra a guerra e questionou impactos econômicos globais. Criticou medidas adotadas no Governo anterior, como a privatização da BR Distribuidora e de refinarias, apontando perda de instrumentos de controle de preços. Também mencionou ações do Governo atual, como redução de tributos e medidas sobre o diesel, que indicariam queda no valor ao consumidor. Apontou suspeitas de práticas abusivas por distribuidoras e postos, pediu atuação de órgãos de fiscalização e incentivou denúncias por parte da população.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 6.023, de 2025, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009 e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para exigir a identificação do perfil genético de condenados, nas hipóteses que especifica.

Cobalchini (MDB - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 5.803, de 2023, que proíbe a fabricação de sacos de cimento com peso superior a 25 (vinte e cinco) quilogramas.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 5.803, de 2023, que proíbe a fabricação de sacos de cimento com peso superior a 25 (vinte e cinco) quilogramas.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 5.803, de 2023, que proíbe a fabricação de sacos de cimento com peso superior a 25 (vinte e cinco) quilogramas.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 5.803, de 2023, que proíbe a fabricação de sacos de cimento com peso superior a 25 (vinte e cinco) quilogramas.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada comentou sobre o Projeto de Lei nº 5.803, de 2023, que proíbe a fabricação de sacos de cimento com peso superior a 25 (vinte e cinco) quilogramas.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.384, de 2011, que dispõe sobre critérios complementares para a execução da política de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2022, que susta a Instrução Normativa nº 125, de 23 de março de 2021, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

atualiza os requisitos fitossanitários para a importação de amêndoas fermentadas e secas de cacau produzidas na Costa do Marfim.

Capitão Alden (PL - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2022, que susta a Instrução Normativa nº 125, de 23 de março de 2021, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que atualiza os requisitos fitossanitários para a importação de amêndoas fermentadas e secas de cacau produzidas na Costa do Marfim.

Leur Lomanto Júnior (UNIÃO - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2022, que susta a Instrução Normativa nº 125, de 23 de março de 2021, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que atualiza os requisitos fitossanitários para a importação de amêndoas fermentadas e secas de cacau produzidas na Costa do Marfim.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2022, que susta a Instrução Normativa nº 125, de 23 de março de 2021, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que atualiza os requisitos fitossanitários para a importação de amêndoas fermentadas e secas de cacau produzidas na Costa do Marfim.

Márcio Marinho (REPUBLICANOS - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2022, que susta a Instrução Normativa nº 125, de 23 de março de 2021, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que atualiza os requisitos fitossanitários para a importação de amêndoas fermentadas e secas de cacau produzidas na Costa do Marfim.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2022, que susta a Instrução Normativa nº 125, de 23 de março de 2021, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que atualiza os requisitos fitossanitários para a importação de amêndoas fermentadas e secas de cacau produzidas na Costa do Marfim.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2022, que susta a Instrução Normativa nº 125, de 23 de março de 2021, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que atualiza os requisitos fitossanitários para a importação de amêndoas fermentadas e secas de cacau produzidas na Costa do Marfim.

José Rocha (UNIÃO - BA) - O Deputado e relator defendeu o requerimento de urgência ao Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2022, que susta a Instrução Normativa nº 125, de 23 de março de 2021, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que atualiza os requisitos fitossanitários para a importação de amêndoas fermentadas e secas de cacau produzidas na Costa do Marfim.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2022, que susta a Instrução Normativa nº 125, de 23 de março de 2021, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que atualiza os requisitos fitossanitários para a importação de amêndoas fermentadas e secas de cacau produzidas na Costa do Marfim.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2022, que susta a Instrução Normativa nº 125, de 23 de março de 2021, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que atualiza os requisitos fitossanitários para a importação de amêndoas fermentadas e secas de cacau produzidas na Costa do Marfim.

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2022, que susta a Instrução Normativa nº 125, de 23 de março de 2021, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que atualiza os requisitos fitossanitários para a importação de amêndoas fermentadas e secas de cacau produzidas na Costa do Marfim.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2022, que susta a Instrução Normativa nº 125, de 23 de março de 2021, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

atualiza os requisitos fitossanitários para a importação de amêndoas fermentadas e secas de cacau produzidas na Costa do Marfim.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2022, que susta a Instrução Normativa nº 125, de 23 de março de 2021, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que atualiza os requisitos fitossanitários para a importação de amêndoas fermentadas e secas de cacau produzidas na Costa do Marfim.

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.922, de 2022 que altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico), para garantir o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário como direitos humanos.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado questionou a inclusão de temas que considerou alheios ao objeto principal de propostas legislativas, citando a presença de questões de gênero em matérias diversas. Defendeu maior rigor na delimitação do conteúdo dos projetos, para que tratassem exclusivamente de sua finalidade original. Ademais, reconheceu acordo para votação do requerimento de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 1.922, de 2022, mas condicionou apoio à possibilidade de ajustes no mérito, especialmente quanto aos pontos mencionados. Destacou diálogo prévio com a Presidência sobre o tema e reforçou a necessidade de aprofundar a discussão durante a análise do conteúdo da proposta no Plenário.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 1.922, de 2022, que altera a Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico), para garantir o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário como direitos humanos, e dá outras providências.

Ribeiro Neto (PRD - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 1.922, de 2022, que altera a Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico), para garantir o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário como direitos humanos, e dá outras providências.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 1.922, de 2022, que altera a Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

de Saneamento Básico), para garantir o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário como direitos humanos, e dá outras providências.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 1.922, de 2022, que altera a Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico), para garantir o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário como direitos humanos, e dá outras providências.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 1.922, de 2022, que altera a Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico), para garantir o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário como direitos humanos, e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 1.922, de 2022, que altera a Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico), para garantir o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário como direitos humanos, e dá outras providências.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 1.922, de 2022, que altera a Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico), para garantir o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário como direitos humanos, e dá outras providências.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 1.922, de 2022, que altera a Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico), para garantir o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário como direitos humanos, e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 1.922, de 2022, que altera a Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico), para garantir o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário como direitos humanos, e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 1.922, de 2022, que altera a Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico), para garantir o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário como direitos humanos, e dá outras providências.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 1.922, de 2022, que altera a Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico), para garantir o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário como direitos humanos, e dá outras providências.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 1.922, de 2022, que altera a Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico), para garantir o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário como direitos humanos, e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.769, de 2019, que dispõe sobre as definições e características dos produtos derivados de cacau, o percentual mínimo de cacau nos chocolates e a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.769, de 2019, que dispõe sobre as definições e características dos produtos derivados de cacau, o percentual mínimo de cacau nos chocolates e a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.769, de 2019, que dispõe sobre as definições e características dos produtos derivados de cacau, o percentual mínimo de cacau nos chocolates e a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.769, de 2019, que dispõe sobre as definições e características dos produtos derivados de cacau, o percentual mínimo de cacau nos chocolates e a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Além disso, alertou para a possibilidade de uma greve nacional de caminhoneiros, cobrando do Governo medidas urgentes para evitar impactos na economia.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.769, de 2019, que dispõe sobre as definições e características dos produtos derivados de cacau, o percentual mínimo de cacau nos chocolates e a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional. Além disso, defendeu o Governo Lula, afirmando que, apesar das críticas da extrema direita, o Presidente segue trabalhando em favor da população. Mencionou também a crise internacional do petróleo, associando-a a ações dos Estados Unidos, e destacou medidas do Governo para enfrentar seus impactos, como o fortalecimento da Petrobras e das empresas públicas.

Daniel Almeida (PCdoB - BA) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 1.769, de 2019, que dispõe sobre as definições e características dos produtos derivados de cacau, o percentual mínimo de cacau nos chocolates e a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional.

Daniel Almeida (PCdoB - BA) - O Deputado proferiu parecer às emendas de Plenário do Projeto de Lei nº 1.769, de 2019, que dispõe sobre as definições e características dos produtos derivados de cacau, o percentual mínimo de cacau nos chocolates e a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional.

Lucas Abrahao (REDE - AP) - O Deputado encaminhou a votação do inciso IX do art. 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.769, de 2019, que dispõe sobre as definições e características dos produtos derivados de cacau, o percentual mínimo de cacau nos chocolates e a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso IX do art. 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.769, de 2019, que dispõe sobre as definições e características dos produtos derivados de cacau, o percentual mínimo de cacau nos chocolates e a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Joaquim Passarinho (PL - PA) - O Deputado registrou a presença de produtores rurais do Pará, com destaque para representantes da região da PA-279, no Município de Tucumã (PA), que acompanharam a sessão. Relatou também reunião com grandes produtores e com a Associação Nacional dos Produtores de Cacau para tratar de dificuldades enfrentadas pelo setor. Afirmou que buscava uma resposta às demandas apresentadas e parabenizou os produtores do Estado pela mobilização e acompanhamento da votação no Plenário.

Leur Lomanto Júnior (UNIÃO - BA) - O Deputado agradeceu ao relator pela incorporação de emendas ao Projeto de Lei nº 1.769, de 2019, com destaque para a exigência de informação obrigatória sobre o percentual de cacau e sua composição nos rótulos. Citou também a inclusão da regra que determinou a declaração de “não contém” no painel principal da embalagem, ocupando ao menos 15% da área. Registrou ainda a contribuição da Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau, Vanusa, e do Presidente do Sindicato Rural de Ipiaú (BA), Sérgio, na formulação das propostas. Por fim, declarou que a aprovação representou uma vitória para os produtores de cacau da Bahia e do Pará.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado afirmou que produtos comercializados como chocolate nem sempre continham cacau, o que gerou desconfiança entre consumidores. Destacou que o Pará e a Bahia lideravam a produção de cacau no País, enquanto o Rio Grande do Sul, com polos como Serra Gaúcha, Gramado e Canela, se destacava na produção de chocolate com identidade e qualidade. Citou a legislação gaúcha, que previa transparência e especificação nos rótulos, com foco na entrega de um produto de qualidade ao consumidor.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada parabenizou produtores de cacau e de chocolate, além do relator Deputado Daniel Almeida, pela condução do Projeto de Lei nº 1.769, de 2019. Relembrou proposta apresentada por ela no Senado, que previa aumento do teor mínimo de amêndoa de cacau para 35%. Contestou críticas à medida e afirmou que a aprovação representou um marco para o fortalecimento da cadeia do cacau e da indústria de chocolate no Brasil.

Daniel Almeida (PCdoB - BA) - O Deputado agradeceu à Presidência pela condução do debate e destacou acordo prévio firmado durante visita à Bahia, com apoio do Governador. Afirmou que a aprovação do Projeto de Lei nº 1.769, de 2019, valorizou o Legislativo, produtores de cacau e a indústria de chocolate. Explicou ainda que a proposta estabeleceu critérios mínimos de cacau nos produtos, com exigência de mais de 35% para chocolate, além de percentuais para outras categorias, e obrigatoriedade de informação clara nos rótulos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Sanderson (PL - RS) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 3.630, de 2025, que altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para permitir a divulgação de imagens de pessoas flagradas cometendo crimes dentro de estabelecimentos comerciais.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.630, de 2025, que altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para permitir a divulgação de imagens de pessoas flagradas cometendo crimes dentro de estabelecimentos comerciais.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.630, de 2025, que altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para permitir a divulgação de imagens de pessoas flagradas cometendo crimes dentro de estabelecimentos comerciais.

Sargento Fatur (PL - PR) - O Deputado comentou a votação de Projeto nº 3.630, de 2025, e afirmou que a medida contribuirá para a identificação de autores de crimes, com potencial de inibir furtos. Criticou posicionamentos de partidos como PSOL e PT que defenderam a restrição da divulgação de imagens de suspeitos por câmeras de segurança.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada agradeceu à Presidência pela inclusão do Projeto de Lei nº 3.630, de 2025, na pauta e ao relator, Deputado Sanderson, pela elaboração do parecer. Destacou que a proposta não se limitou ao combate a furtos, mas também alcançou casos de violência contra mulheres em ambientes comerciais, como academias. Afirmou que a medida possibilitou a aplicação da lei a autores de assédio, agressões e outros crimes nesses espaços. Avaliou também que a aprovação representou avanço na proteção de vítimas e no enfrentamento a infratores, ao ampliar mecanismos de responsabilização em locais de circulação pública.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado afirmou que o Brasil enfrenta um cenário de impunidade e defendeu medidas para ampliar a responsabilização de autores de delitos em estabelecimentos comerciais. Argumentou que, diante de registros em imagens, a divulgação dos fatos não deveria ser restringida, por se tratar de ocorrência pública. Criticou ainda a invocação do princípio da presunção de inocência nesses casos e sustentou que a exposição contribuiria para inibir crimes.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 3.630, de 2025, ao afirmar que a divulgação de imagens de suspeitos em estabelecimentos comerciais auxiliaria na identificação e prisão de criminosos. Relatou experiências na atuação policial em que a exposição de imagens contribuiu para capturar



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

autores de crimes, incluindo casos de violência sexual. Por fim, criticou posicionamentos contrários ao projeto e os associou à defesa de infratores.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado afirmou que a oposição ao Projeto de Lei nº 3.630, de 2025, não representou defesa de criminosos, mas rejeição ao que classificou como risco de práticas de justiça privada. Alertou que a flexibilização de regras relacionadas à proteção de dados poderia abrir espaço para exposição indevida de pessoas e até episódios de violência. Sustentou ainda que a responsabilização deveria seguir os ritos do sistema de Justiça, com garantias legais.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 5.031, de 2024, dispõe sobre os princípios, as diretrizes e o Comitê de Cooperação entre instituições públicas e privadas no âmbito do atendimento a vítimas e a familiares de vítimas de acidentes aéreos.

Padovani (UNIÃO - PR) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 5.031, de 2024, que dispõe sobre os princípios, as diretrizes e o Comitê de Cooperação entre instituições públicas e privadas no âmbito do atendimento a vítimas e a familiares de vítimas de acidentes aéreos. Ademais, destacou que a proposição busca eliminar conflitos normativos relacionados à aeronavegabilidade no Brasil, abrangendo tanto a aviação comercial como a civil. Além disso, lembrou que os pilotos condenados pela colisão entre o voo Legacy e a aeronave da empresa aérea Gol não foram presos devido à prescrição e que há questões de seguro pendentes em relação ao acidente aéreo do ATR 72 da Voepass.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado criticou o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 152, de 2025, que regula os serviços de transporte remunerado privado individual de passageiros e de coleta e entrega de bens prestados pelas empresas operadoras de plataforma digital. Alegou que a medida elevaria os custos das entregas, com impacto direto no preço dos produtos e redução da demanda, resultando em diminuição do número de entregadores e aumento do desemprego. Ademais, rejeitou a imposição de deveres semelhantes aos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sem a concessão dos respectivos direitos. Além disso, responsabilizou o Governo Lula pela elevação do preço dos combustíveis, elogiando as medidas adotadas no período do Governo Bolsonaro, como a redução de impostos e a fixação de teto para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ao final, defendeu a redução da carga tributária e a contenção de gastos públicos como forma de reduzir o preço dos combustíveis e a inflação.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de votação nominal para o requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado informou sobre a obstrução parlamentar do Partido Liberal (PL) em virtude da inconstitucionalidade do art. 21-B do Projeto de Lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências. Ademais, argumentou que a proposição é legítima ao combater os golpes dos falsos advogados, mas alertou que ao Parlamento cabe aperfeiçoá-la, evitando uma futura ação de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de votação nominal para o requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de votação nominal para o requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de votação nominal para o requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências. Ademais, sugeriu a supressão de dispositivo da proposição que retira, de maneira cautelar, o acesso da pessoa ao aplicativo WhatsApp, informando que, corrigida essa questão, é favorável ao projeto.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de votação nominal para o requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências. Ademais, criticou a Extrema Direita por defender os bandidos de colarinho branco.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de votação nominal para o requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências. Ademais, sugeriu a retirada de pauta para aperfeiçoar a proposição, que é meritória, mas coloca em risco a liberdade de expressão ao bloquear liminarmente a linha de celular, o WhatsApp.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Reimont (PT - RJ) - O Deputado condenou a Extrema Direita por defender os bandidos de colarinho branco ao se opor à votação do Projeto de Lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências.

Any Ortiz (CIDADANIA - RS) - A Deputada defendeu a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências. Ademais, argumentou que a proposição é meritória, mas sustentou a necessidade de mais discussão para aperfeiçoá-la e contemplar o contraditório.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências.

Sergio Santos Rodrigues (PODE - MG) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências. Ademais, defendeu, para evitar discricionariedade e abuso de poder, a determinação na proposição de um quórum mínimo de membros do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para a decisão sobre a suspensão liminar de acesso ao WhatsApp.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências. Ademais, solicitou ao Relator a correção de inconstitucionalidade em artigo da proposição que pode prejudicar inocentes. Além disso, sustentou que os partidos de Oposição combatem os criminosos no País enquanto a Esquerda e o Presidente Lula defendem que o bandido é vítima da sociedade.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências.

Sergio Santos Rodrigues (PODE - MG) - O Deputado proferiu parecer às Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado reconheceu o mérito do Projeto de Lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências, mas alertou para o desgaste do Parlamento em aprovar a suspensão liminar de acesso ao aplicativo WhatsApp por decisão de uma autoridade pública e de um membro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Além disso, argumentou que a referida medida cautelar não é prevista para nenhum outro crime.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 21-A, da Lei 12.965, de 2014, constante do art. 14 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado tratou da análise de dispositivos ao Projeto de lei nº 4.709, de 2025, em votação, e apontou preocupação com os artigos 21-A e 21-B. Afirmou que o art. 21-B comprometia o conteúdo da proposta e poderia prejudicar sua aprovação. Também indicou que, caso o art.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

21-A fosse retirado, o Partido Liberal abriria mão do destaque apresentado, buscando viabilizar o avanço da matéria.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado afirmou que o debate sobre o Projeto de lei nº 4.709, de 2025, não envolveu divisão ideológica, mas questões técnicas. Declarou apoio ao endurecimento de penas contra golpes praticados por falsos advogados na internet, mas criticou dispositivos que, segundo ele, transferiam responsabilidades ao provedor e à OAB. Argumentou que a medida configuraria uma forma de “privatização da Justiça” e questionou a eficácia da participação da entidade em casos que não envolvem profissionais regularmente inscritos. Também alertou para a criação de normas que não seriam aplicáveis na prática e defendeu ajustes no texto para garantir efetividade.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado criticou Projeto de lei nº 4.709, de 2025, em discussão, de autoria do Deputado Gilson Daniel e relatado pelo Deputado Sérgio Santos Rodrigues. Afirmou que a proposta permitiria a suspensão liminar de contas de WhatsApp de cidadãos por decisão conjunta de autoridade pública e representante da OAB. Destacou preocupação com o alcance da proposta e alertou para os efeitos sobre direitos individuais, ao apontar que a decisão poderia ocorrer sem clareza de critérios definidos no projeto.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 21-B da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) incluído pelo Art. 14 do substitutivo (PRLP 3) apresentado ao Projeto de lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 4 apresentada ao Projeto de lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada encaminhou a votação da Emenda de Plenário nº 3 apresentada ao Projeto de lei nº 4.709, de 2025, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao “golpe do falso advogado” e outras fraudes processuais eletrônicas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico e dá outras providências.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado declarou que as emendas parlamentares foram instrumento legítimo para levar políticas públicas aos Municípios e apontou Colinas do Tocantins (TO) como exemplo, informando a destinação de R\$ 1,4 milhão para cirurgias oftalmológicas que teriam devolvido visão, autonomia e dignidade a centenas de pessoas, com 536 procedimentos realizados em fevereiro e previsão de mais 460 no dia 24 de abril, assim totalizando mais de 800 vidas impactadas. Além disso, agradeceu ao prefeito Kasarin e à equipe de saúde local pela parceria e afirmou que seguiria destinando e fiscalizando recursos com responsabilidade para garantir resultados concretos à população.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado afirmou que o Brasil e o mundo enfrentam instabilidade geopolítica, pressões econômicas e desafios climáticos que exigem visão estratégica e responsabilidade. Avaliou que o Governo do Sr. Lula da Silva adotou condução incompatível com as demandas do século XXI, ao assinalar suposta tolerância a regimes autoritários e prejuízo à posição internacional do País. Também declarou que, no plano interno, houve desconexão com problemas reais, ao citar falas do Presidente sobre narcotráfico como geradoras de confusão na segurança pública, sobre violência contra a mulher como tratamento leve de tema estrutural e sobre obesidade como transferência de responsabilidade ao indivíduo. Por fim, sustentou que as palavras do chefe do Executivo revelaram ausência de respostas para os desafios atuais e cobrou postura governamental alinhada à democracia e ao futuro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

Jefferson Campos (PL - SP) - O Deputado criticou a elevação do Imposto de Importação sobre processadores, memórias RAM, placas de vídeo e placas-mãe, promovida pela Resolução nº 852, de 2026, da Câmara de Comércio Exterior. Assinalou que a medida encareceu ferramentas de estudo, trabalho e geração de renda. Além disso, apontou cumulatividade tributária, déficit fiscal, expansão de despesas e resultados negativos de estatais, como os Correios. Por fim, defendeu equilíbrio fiscal com controle de gastos, eficiência administrativa e estímulo à produção.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada assinalou que o bicentenário das relações diplomáticas entre o Brasil e a Sé Apostólica, iniciado em 23 de janeiro de 1826, representou o reconhecimento de uma trajetória marcada pela promoção da dignidade humana, da paz e da liberdade religiosa. Além disso, afirmou que a Igreja Católica teve papel relevante na formação educacional, na assistência social e na proteção dos mais vulneráveis. Por fim, declarou que a celebração também valorizou a cooperação entre fé, cidadania e compromisso social, bem como o trabalho de religiosos e leigos na construção de um País mais justo, humano e fraterno.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado afirmou que a assinatura de parceria estratégica para ampliar o acesso à tecnologia e à internet para mulheres indígenas, quilombolas e rurais representa avanço na inclusão digital e na redução das desigualdades no País. Além disso, declarou que o programa prevê infraestrutura de internet de alta velocidade, capacitação em ferramentas digitais, conteúdo educativo acessível e cursos de empreendedorismo digital. Por fim, afirmou que a iniciativa fortalece a autonomia feminina, respeita as especificidades das comunidades e contribui para educação, saúde, comércio e participação política.

Guilherme Uchoa (PSB - PE) - O Deputado homenageou o Município de Gravatá pelo aniversário de emancipação política, celebrado em 15 de março de 2026, e assinalou a relevância histórica, cultural, turística e econômica da cidade para o agreste pernambucano. Além disso, declarou vínculo afetivo familiar com o Município, recordou a trajetória de desenvolvimento desde 1893 e reconheceu a contribuição de agricultores, comerciantes, empresários, professores, profissionais de saúde, servidores públicos e lideranças comunitárias. Por fim, reafirmou compromisso com iniciativas e investimentos voltados ao desenvolvimento regional.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado criticou o Projeto de Lei Complementar nº 152, de 2025, que trata da regulamentação dos trabalhadores por aplicativo, assinalando que a proposta, apresentada pelo Governo como avanço, não contou com consenso da categoria e pode gerar perda de renda e redução de oportunidades. Além disso, declarou que o texto impôs encargos e regras típicas de vínculo formal sem



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 28.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 17/03/2026

assegurar direitos como FGTS, férias, décimo terceiro salário e seguro-desemprego. Por fim, apontou risco de aumento de custos, redução de chamadas, alta de preços ao consumidor e exclusão de milhões de trabalhadores do sistema.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado elogiou a gestão de Romeu Zema em Minas Gerais e assinalou a transformação do Estado de um cenário de crise fiscal para um ambiente de responsabilidade e eficiência. Além disso, destacou o corte de privilégios, o pagamento regular de servidores e a desburocratização como pilares para a atração de investimentos e o crescimento econômico. Por fim, defendeu que o modelo mineiro inspirasse o Governo Federal e outros Estados a priorizar resultados.

ENCERRAMENTO